

O UNIVERSO ESCOLAR NAS PÁGINAS DA IMPRENSA TIJUCANA (ITUIUTABA-MG - ANOS DE 1950 E 1960) <sup>1</sup>

*The school universe represented in the 'tijucana' press (Ituiutaba-MG – years of 1950 and 1960)*

Sauloéber Társo de Souza <sup>2</sup>

**RESUMO**

O artigo decorre da leitura dos jornais do município de Ituiutaba, ao longo dos anos de 1949 a 1970. O principal esforço foi no sentido de compreender algumas das muitas representações difundidas por esses veículos de comunicação elaboradas no contexto de expansão da educação pública e de *modernização* nacional. A pressão por escolarização colocava em discussão os ideais de educação, estudante e analfabetismo, que eram debatidos nas páginas dos jornais consultados, revelando o pensamento de grupos privilegiados do pontal de Minas Gerais. A consulta aos jornais do acervo da Fundação Cultural Municipal revelou-nos diversos fatores importantes tais como: a inserção da cidade no contexto de *modernização*, materializada na construção de vários prédios públicos, como os edifícios escolares; a criação de novas instituições educacionais públicas urbanas e rurais, consideradas nos jornais como “presente às classes menos favorecidas”; o paradoxo de se *modernizar* a sociedade local a partir de uma precária rede pública de ensino; etc.

**Palavras- Chave:** Educação Escolar, Imprensa, Ituiutaba, Anos de 1950 e 1960.

**ABSTRACT**

The article elapses about the reading of newspapers from Ituiutaba city, through the year 1949 until 1970. The main effort was in the direction to understand some of many representations spread out by these vehicles of communication elaborated in the context of expansion of the public education and national modernization. The pressure for schooling placed in quarrel the ideals of education, student and illiteracy, which were debated at the pages of consulted newspapers, disclosing the thought of privileged groups from the Pontal of Minas Gerais. The consultation to these newspapers at the Fundação Cultural Municipal disclosed many important factors such as: the insertion of the city in the context of modernization, materialized in the construction of some public building, as the school buildings; the creation of new urban and rural public educational institutions, considered in periodicals as “a gift to the underprivileged classes”; the paradox of modernizing the local society, starting by a precarious public system of education; etc.

**KEY-WORDS:** education, press, representations, Ituiutaba-MG, the fifty's and sixty's.

<sup>1</sup> O presente texto é versão ampliada de trabalho apresentado no IX Congresso Ibero Americano de História da Educação (2009) e resulta de pesquisa desenvolvida na Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal) com apoio da FAPEMIG e participação da aluna Isaura Melo Franco (PIBIC/CNPq).

<sup>2</sup> Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor de História da Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Campus do Pontal). E-mail: sauloeber@pontal.ufu.br

A década de 1920 marcou o declínio do modelo social agrário-exportador que foi sendo gradativamente substituído pelo nacional-desenvolvimentista, caracterizado por profundas transformações na estrutura econômica, social e política, através de acelerados processos de urbanização e de industrialização do país. Tais mudanças dirigiram os caminhos do sistema educacional a partir dos anos de 1930, e durante o Estado Novo de características centralizadoras e autoritárias – houve a sistematização do ensino que se expandiu consideravelmente, mas de maneira deficiente. Este crescimento decorreu, em boa parte, da grande pressão das massas que se projetavam, pouco a pouco, no cenário político, demandando serviços públicos, como o acesso à educação (RIBEIRO, 2003).

Nos anos de 1950, poucas medidas foram tomadas no âmbito educacional, a grande referência desse período foi a discussão em torno da primeira LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que seria promulgada somente em 1961. Nos anos 60, novamente sob o signo do autoritarismo e da centralização, a educação passaria por diversas mudanças impostas pelo Estado, que buscava compatibilizar o sistema educacional às alterações sócio-econômicas e políticas. Neste período, iniciava-se um ciclo de desenvolvimento que atingiria um grau sem precedentes na história do país: o crescimento econômico foi impressionante, com o PIB se expandindo, em média, 7% ao ano, entre 1960 e 1980, superando países industrializados. Este ritmo de mudanças, contudo, agravou as distâncias sociais e levou a população a um sinistro panorama de extremos, vivido entre a abundância de poucos e a miséria da maioria.<sup>3</sup>

A promulgação da primeira LDB, no. 4024/61 contou com a participação de educadores, estudantes, intelectuais e trabalhadores. As discussões em torno dessa lei trouxeram à tona um velho conflito entre privatistas (conservadores) e defensores da escola pública (reformadores), e seu resultado representou a conciliação de ambas as partes. No entanto, a LDB possibilitou a organização formal do sistema de ensino brasileiro, mas nada mudou em essência, pois a estrutura continuou fazendo concessões aos privatistas, e conquistas importantes da legislação anterior foram abandonadas como a obrigatoriedade do ensino primário que isentou o governo de prover educação a todos. Segundo Romanelli (2001), as vantagens perceptíveis dessa lei foram: a não prescrição de currículo fixo para todo território nacional e a criação do Conselho de Representantes nos cursos técnicos com autonomia para eleger o diretor da escola, aprovar orçamento, etc. Isto significava um leve movimento rumo a descentralização da educação.

No entanto, a educação escolar pós-64, passaria por brusco movimento de centralização, que atendia aos novos horizontes políticos do país. Para entendermos a orientação implantada no sistema educacional, é necessário remontarmos ao governo Juscelino que, desde a sua ascensão ao poder, priorizou os investimentos na produção, realizados pelo capital transnacional, que recebia subsídios e incentivos fiscais, de forma que o setor industrial passaria ser a hegemonia econômica nos anos de 1960.

---

<sup>3</sup> O discurso hegemônico buscou dissimular tal situação, propondo a modernização econômica como estratégia de possibilitar novas oportunidades de vida para a grande maioria. Porém, a modernização verificada no país, manteve-se, principalmente, no âmbito da consolidação dos mercados de massa e na sofisticação do consumo, tendência acentuada em todo o mundo, após a Segunda Guerra Mundial, que gerou imenso salto tecnológico permitindo incremento substancial na produção industrial (VIANNA, 1997).

Neste período, cerca de 60% dos investimentos no exterior provinham de empresas dos EUA, que no Brasil detinham, por exemplo, 70% dos investimentos externos no setor de papel e celulose, 65% do setor de mineração e petróleo, lembrando também, sua liderança nos setores automobilístico, de máquinas e de utilidades domésticas. Com tal nível de investimento e com o fantasma do comunismo rondando o Hemisfério Ocidental, após a Revolução Cubana, as relações dos EUA com os países da América Latina tomaram novo rumo, e a propaganda ideológica norte-americana se acentuaria em meio às incertezas da polarização comunismo/capitalismo, designada como *Guerra Fria*. A *boa parceria* norte-americana, no continente, revelou-se através da força bruta, do apoio logístico aos regimes militares de direita, que se multiplicaram a partir de 1959 (DREIFUSS, 1987).

É nesse contexto que a educação brasileira seria reestruturada, surgindo os acordos MEC-USAID que buscavam influência e controle ideológicos da educação no país, e os termos eficácia e produtividade passaram a ser empregados de alto a baixo no sistema de ensino, evidenciando que os EUA consideravam a educação como área estratégica na integração e posicionamento das sociedades periféricas no contexto geral do capitalismo internacional. Como estes acordos eram elaborados a partir da observação de modelo único e não através das especificidades de cada nível de ensino ou sociedade, o fracasso foi inevitável, contribuindo para reforçar as análises parciais e tendenciosas realizadas pelos setores externos sobre os problemas educacionais brasileiros. A interferência dos centros capitalistas nos sistemas de educação dos países periféricos baseava-se na propagação da idéia de que o desenvolvimento econômico estaria vinculado à escolaridade, todavia, tal paradigma dissimulava a noção de que o aumento da renda relacionava-se muito mais ao desenvolvimento de técnicas do que ao grau de escolarização (CUNHA & GOES, 2002).

Em seqüência ao fracasso dos acordos MEC-USAID, o governo decretou leis específicas para a reforma do sistema de ensino (5540/68 e 5692/71), mas que também se baseavam no modelo americano, incompatível com as necessidades da sociedade brasileira, e visavam acentuar a dependência política e econômica já existente, em relação aos países centrais. A promulgação destas leis mostrou a verticalidade do sistema educacional brasileiro, devido a inexistência de debates em torno das questões de maior interesse pelas partes diretamente envolvidas: profissionais da educação, alunos e pais, assim, *não proporcionaram avanços* de peso na educação do país (ROMANELLI, 2002).<sup>4</sup>

Podemos perceber acima, que a organização da educação pelo Estado é antes de tudo, um problema de ordem política, pois a elaboração da legislação é feita pelas forças políticas instituídas que defendem os interesses das classes que representam no poder. Desta forma, como observou Apple (1989, p.43), a educação aparece como importante aliado no exercício da hegemonia, já que:

---

<sup>4</sup> A orientação da política educacional ditatorial fortaleceu a racionalidade científica burguesa, selecionando conteúdos que valorizavam a tecnologia. O discurso da modernização deveria legitimar o governo e sua política de segurança nacional, assim, as reformas na educação visavam a quebra da estrutura e coesão dos grupos. Isto evidencia a eficácia da escola na manutenção do sistema, que durante o governo autoritário reforçou o compromisso do ensino com a ideologia dominante que, sendo inculcada na cabeça das classes populares, desviou a escola pública de sua função primeira de criação do conhecimento (CUNHA; GÓES, 2002).

[...] o papel que a escola exerce como um aparelho de estado está fortemente relacionado aos problemas centrais de acumulação e legitimação enfrentados pelo estado e pelo modo de produção em geral. [...] Como parte do estado, a educação, portanto, deve ser vista como um elemento importante na tentativa de criar um consenso ativo.

É evidente que não podemos entender a escola monoliticamente como mera reprodutora das condições econômicas, pois estaríamos adotando uma visão reducionista do papel da educação, é preciso reconhecer que qualquer projeto hegemônico estará sempre sujeito a uma contra-hegemonia. A partir deste entendimento, salientaremos as especificidades da educação em Ituiutaba, por meio da análise dos dados estatísticos e dos jornais de época, tentando entender as representações sobre a educação escolar na imprensa concomitante ao processo de *modernização* da cidade ao longo dos anos de 1950 e 1960, observado a partir do contexto maior apresentado acima.

A delimitação temporal do objeto obedeceu ao critério político-educacional baseado na proposta inicial de LDB (1948) enviada ao Congresso Nacional, sendo debatida e reformulada por longos 13 anos, passando por sua promulgação em 1961 (no. 4024/61) até sua substituição pela lei no. 5692/71. Tal período foi marcado, sobretudo, pela agitação política, tanto no cenário internacional que exigia posicionamento ideológico frente a polarização capitalismo versus comunismo, quanto no cenário nacional, através do embate entre populismo-desenvolvimentista e autoritarismo que resultou na implantação do regime ditador no ano de 1964.<sup>5</sup>

A relevância deste trabalho se explica, parcialmente, pelo ineditismo do tema nos estudos de história da educação em Ituiutaba, já que parte considerável de sua dinâmica está ainda por ser desvendada, sobretudo o que se refere a escola pública, uma vez que, os pesquisadores que estudaram tal temática têm focado as instituições tradicionais (confeccionais com cobrança de mensalidades), tais como o trabalho de Moraes (2004) sobre o Instituto Marden e de Oliveira (2003) que aborda o Colégio Santa Teresa.

É preciso ter como ponto de partida a singularidade desse município no que tange a questão educacional, constatando-se o lento processo de institucionalização da escola pública na cidade no período que compreende as primeiras cinco décadas de sua história (1901-1950). Nos anos de 1950, inicia-se forte expansão do sistema público, movimento que se manteria nas décadas seguintes com a criação de outras instituições, entre elas, o Colégio Agrícola e a Escola Normal, de forma que no ano de 1970, a educação escolar na cidade já era marcadamente pública, rompendo com o predomínio das instituições privadas e/ou confeccionais, que diminuiriam em número.

Outras peculiaridades que devem ser consideradas para se entender a articulação entre a expansão da educação escolar e a forma como a imprensa a registrava em suas páginas, é a observação da taxa de analfabetismo do município que atingia cerca de 57% da população acima de 10 anos (54% dos homens e 60% das mulheres) e para o elevado crescimento populacional entre os anos de 1950 e 1970, período que aqui investigamos, como podemos observar na tabela 01:

---

<sup>5</sup> Necessário ressaltar que, a periodização desenvolvida tem apenas valor de referência, representando um critério de delimitação temporal do objeto, por ser necessidade metodológica, devido à abrangência do tema.

Tabela 01 – População Rural e Urbana do Município de Ituiutaba

ANO	População Rural	%	População Urbana	%	Totais
1940	30.696	88%	4.356	12%	35.052
1950	43.127	81%	10.113	19%	53.240
1960	39.488	55%	31.516	45%	71.004
1970	17.542	27%	47.114	73%	64.656 <sup>6</sup>

Tal ritmo de crescimento não pode ser creditado somente às altas taxas de natalidade, sendo resultado também da migração rural, pois neste momento, significativa parcela da população brasileira se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação) e com perspectiva de empregabilidade no comércio e setor de serviços públicos que se expandiam com velocidade. A tabela demonstra essa inversão da relação rural e urbano no município, ou seja, em três décadas a população passou de predominantemente rural para urbana, nesse mesmo período, o sistema escolar deixa de ser majoritariamente privado tornando-se marcadamente público.

Ituiutaba fora inserida na política de *modernização* nacional, à medida que sua população tornava-se urbana, formando mercado consumidor em potencial, além de liberar terras para a expansão dos negócios agrícolas, o que gerava empobrecimento da população migrante, em função de que nas cidades nem sempre conseguiam sustento. Nos anos de 1950, o poder público preocupou-se com o Plano Urbanístico local, com ampliação dos serviços de abastecimento de água e de iluminação pública, arborização e calçamento de ruas, construção de prédios públicos, buscando atender às demandas da população que se avolumava. Na década seguinte, a mudança urbanística acelerou-se ainda mais, com a chegada do asfalto, a construção de praças, implantação do Distrito Industrial e do primeiro Campus Universitário no município (CORTES, 2001).

O esforço dos dirigentes na consolidação da sociedade de consumo de massa conciliava interesses tanto das elites nacionais como dos centros capitalistas mundiais, mentores desse projeto de *modernização*. A noção de moderno surgira como sinônimo de mercado de massa, nos EUA, desde os anos de 1920. Após a 2ª Grande Guerra, o conceito de modernização foi utilizado principalmente para caracterizar o provável processo de transição que os países “atrasados” deveriam passar para alcançarem os níveis de renda, educação e produtividade dos países industrializados, mas resultou, numa significação de moderno bastante específica, definida em função do mundo das mercadorias, da indústria e dos negócios, onde a educação deveria estar a serviço deste tipo de modernidade. Tal significação fora elaborada por variados canais, entre eles, por meio da massificação da educação durante os anos de 1950 e 1960, no Brasil, vividos entre a democracia e o autoritarismo, mas em ambos os regimes de governos, buscou-se reforçar esta noção de *moderno* (SCHWARTZMAN, vol.05).

<sup>6</sup> O decréscimo populacional entre os anos de 1960 e 1970 decorreu da emancipação política de alguns distritos administrados pelo município de Ituiutaba, mesmo assim, o movimento de urbanização fica bastante evidenciado (Fonte: Fundação IBGE – Censos Demográficos dos anos de 1940 a 1970).

Nesse período, a expansão da rede oficial de ensino foi bastante elevada em todo o país. O crescimento do sistema de educação local demonstra que Ituiutaba também estava inserida no novo projeto de nação *moderna* pensada tanto pelo populismo-desenvolvimentista quanto pelos militares. Pelo elevado crescimento no número de instituições públicas de ensino entre o início da década de 1950 e o começo de 1970 percebe-se a efetivação do projeto de *modernização* promovido pelo Estado brasileiro que, pelos acordos e associações aos setores externos, visava a conclusão da ocidentalização capitalista também via clientela das escolas, promovendo hábitos de consumo, ação e pensamento, reforçando-se a dependência cultural em relação aos grandes centros capitalistas, tendências constatadas mesmo nos rincões mais distantes dos centros de indústria e poder, como Ituiutaba, por exemplo. Vejamos:

**TABELA 02 - Ano de criação das escolas públicas na cidade de Ituiutaba**

ESCOLAS ESTADUAIS	ANO	ESCOLAS MUNICIPAIS <sup>7</sup>	ANO
EE João Pinheiro	1908	EM Machado de Assis	1941
EE Prof. Idelfonso Mascarenhas	1947	EM Francisco Antonio de Lorena	1951
EE Sem Camilo Chaves	1955	EM Manoel Alves Vilela	1966
EE Clóvis Salgado	1956	EM Agrícola de Ituiutaba	1970
EE Rotary	1956	Cime Mun. Tancredo P.Almeida	1971
EE Arthur Junqueira de Almeida	1958	EM Prof. Camilo Chaves Junior	1979
EE Gov Bias Fortes	1959	EM Rosa Tahan	1980
EE Cel. João Martins	1960	EM Aida de Andrade Chaves	1982
EE Cônego Ângelo	1963	Cime Sarah Feres Silveira	1989
EE Gov Israel Pinheiro	1965	EM Nadine Derze Jorge	1992
EE Antonio Souza Martins	1965	EM Aureliano Joaquim da Silva	1996
EE Cel. Tônico Franco	1965	EM Hugo de Oliveira Carvalho	1999
EE Dr. Fernando Alexandre	1965	EM Clorinda Junqueira	2007
EE Dr. José Zoccoli de Andrade	1965		
EE Prof. Álvaro Brandão de Andrade	1968		
EE Profa. Maria de Barros	1974		
EE Educ. Esp. Bem Me Quer	1986		
Cesec Clorinda M Tavares	1987		

<sup>7</sup> É preciso destacar que não relacionamos nessa tabela, as escolas municipais rurais que em muitos casos possuíram vida efêmera. De acordo com Ferreira (2007) entre 1941 e 1989 foram criadas 64 escolas na zona rural do município de Ituiutaba, apenas 03 delas ainda estão em atividade, a saber: EM Quirino de Moraes, EM José da Silva Ramos e EM Bernardo J. Franco. As escolas municipais relacionadas a seguir não mais existem ou pertencem a outros municípios: Alberto Torres, Duque de Caxias, José Bonifácio, São Francisco de Assis, Augusto A. Vilela, Francisco A. Vilela, Prefeito Jaime Meinberg, Antonio P. Guimarães, Constâncio F. Almeida, José I. Souza, Joaquim J. Domingues, Tiradentes, Hilarião Chaves, Antonio J. Costa, Santa Rita, Antonio Baduy, Castro Alves, São Jose, João da Fonseca Filho, Aureliano F. Franco, Capela N.S. Aparecida, Getúlio Vargas, Vereador Diógenes de Souza, Prefeito José A. Paulo, Fernando M. Andrade, Deputado Daniel F. Barros, Joaquim J. de Assis, Domingos J. Franco, Francisco J. Carvalho, Antonio S. Silva, Augusto M. Andrade, João J. dos Santos, Manoel A. Cancelli, Antonio S. Martins, Cândido J. Carvalho, Joaquim A. Moraes, Ari Barroso, Gustavo M. de Menezes, Arquidamiro P. de Souza, João R. da Silva, Oldemar R. Vieira, Antonio B. Parreira, Dr. Hélio B. de Paiva, José A. da Costa, Moacir Franco, Umberto T. Gomes, Pres. Prudente de Moraes, Pres. Arthur da S. Bernardes, Arcanjo G. Guimarães, Julieta A. Leite, Dr. Domício de S. Martins, Névio F. de Moraes, Dr. Antonio C. de Menezes, Olegária R. Chaves, Verônica M. de Moraes, Rui Barbosa, José Carlos de Assis, João David, Artísio Marchiori, Francisco de O. Carvalho, José de F. Franco. As escolas foram relacionadas em ordem de criação.



**TABELA 03 - Ano de Criação das escolas privadas e filantrópicas na cidade de**

ESCOLAS PRIVADAS	ANO	ESCOLAS FILANTRÓPICAS	ANO
Escola do Professor José de Alencar; Escola do Professor Afonso José; Colégio Santa Cruz; Colégio São Luiz e Colégio Santo Antonio.	1901 a 1910	Lar Espírita Maria de Jose Frattari	1953
Colégio das Irmãs Belgas; Instituto Propedêutico e Escola São José.	1921 a 1930	Educandário Espírita Ituiutabano	1958
Instituto Marden	1933	C Social Leão XIII	1963
Col. Santa Teresa	1938	Cr. Esp. Josefina de Magalhães	1967
C.Form.Profis. Bebe Martins (SE- NAI)	1942	APAE Esc. Bem Me Quer	1971
Col. São José de Ituiutaba	1947	Creche Maria de Nazaré I	1981
SENAC C. Fórum Profis de Ituiuta- ba.	1948	Lar Espírita Pouso do Amanhecer	1981
Escola Anjos da Guarda	1949	Creche Maria de Nazaré II	1985
Escola Infantil Raio de Sol	1977	C. Inf. Nossa Sen. das Vitórias	1991
Ápice Centro Educacional	1980	Creche Evangélica Miria	1992
Col. Gildo Vilela Cancelli	1989		
Col. Menezes	1992		
C. Educ. Letrinhas Amigas	1992		
De Paula Sistema de Ensino	1992		
Esc. Evangélica A Sementinha	1992		
Esc. Dolores Peres G. Silva (FIEMG)	1993		
Col. Dom Bosco	1994		
Centro Educacional Construir	1996		
Escola Infantil Favo de Mel	1996		
Inst. Educ. Evangélico Viver	1997		
Cent. Educ. Brincando Aprendendo	1999		
Esc. Jardim de Inf. Menino Jesus	2001		
Centro Educ. Antonia E. Franco	2007		

Fonte: DADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO DE ITUIUTABA, 2009.

Pelos dados relacionados nessas duas tabelas o que podemos destacar com clareza é a rígida divisão no que tange a natureza mantedora dessas instituições educacionais nos primeiros 50 anos da história da cidade, com um predomínio absoluto da iniciativa particular, existindo apenas 03 escolas públicas e todas elas funcionando no mesmo prédio, em turnos diferentes. A partir de 1950 até o fim da década de 1980, a expansão da rede pública provocaria a estagnação da iniciativa privada no município, nesses 40 anos seguintes, apenas 03 escolas privadas seriam abertas na cidade, fato que também teve relação com período de crise do setor produtivo local, ancorado na agricultura. Nas décadas de 50

e 60, a legislação vigente colocava a expansão das escolas sob responsabilidade do governo estadual, de forma que em vinte anos, esse número de escolas passaria de apenas 02 para 15, mantidas pelo estado de Minas Gerais. O poder municipal criou outras 03 escolas, além das 04 instituições que eram geridas por organizações filantrópicas.

Nos primeiros 50 anos: predomínio das escolas privadas. Nos 40 anos seguintes: consolidação do sistema público com atrofia da rede particular. Mas o que dizer do impressionante número de escolas rurais criadas nesse período? É preciso salientar que 90% delas surgiram entre as décadas de 1950 e 1970, num momento em que a população do campo se transferia de forma acelerada para o meio urbano, como vimos na tabela 01. Essas escolas atendiam a clientela restrita a pequenos grupos de famílias em cada distrito do município, e em geral, eram salas multiseriadas, com professores leigos e infraestrutura extremamente precária, o que gerava elevados números de evasão e repetência. Então por que o esforço de multiplicar essas escolas pelo campo, mesmo que fossem em número insuficiente?<sup>8</sup>

Acreditamos que além da tentativa de se *modernizar* os hábitos dos trabalhadores rurais via educação escolar, havia também o esforço de conter o movimento migratório com destino as cidades, medida que não obteve sucesso em função das condições precárias de vida no campo seja no que se refere às questões educacionais, seja às condições de habitação e trabalho, fatores que contribuíram para acentuar o fluxo no sentido campo-cidade (BEZERRA, 2003).

A invisibilidade das escolas rurais constatada na leitura dos jornais desse período indica também que a prioridade das autoridades estava centrada, a partir desse momento, nas instituições escolares do meio urbano. Os jornais discutiam, além dos problemas voltados para a expansão da rede pública, questões referentes ao universo das escolas tradicionais (privadas/confessionais) da cidade, abordando suas festas, campeonatos, professores e alunos em suas atividades. Através da observação do ritmo das mudanças em Ituiutaba, durante os anos de 50 e 60, podemos afirmar que é nesse período que se iniciou o processo de *modernização* que caracterizou a cidade em moldes bastante similares aos atuais, consolidando-se a noção de *moderno* vinculada ao estabelecimento dos mercados.<sup>9</sup>

O estudo das representações elaboradas pelos jornais em torno do universo escolar permitiu a visualização de concepções pedagógicas que circulavam pelo imaginário da população local, veiculando ideais de educação, de estudante, por exemplo. Recorrendo a Araújo (2005, p.177):

---

<sup>8</sup> A precariedade da educação rural nesse período foi apontada por Silva (1997, p.101) em seu estudo sobre os migrantes em Ituiutaba e região: “Embora a população rural fosse superior à urbana nos anos 50, não era em todas as regiões que existiam escolas. Se alguns patrões se ocupavam em providenciar escola e professores para os filhos e estendiam esse privilégio aos filhos dos agregados, isso, definitivamente, não era regra geral. Muitos fazendeiros traziam professores para dentro de suas casas, exclusivamente, para a instrução dos próprios filhos.” Entendemos que boa parte dessas escolas nasceu das iniciativas de particulares no empenho de prover os rudimentos da leitura e escrita aos moradores de suas propriedades.

<sup>9</sup> Entendemos que no Brasil ocorrera um processo de “modernização conservadora” que não pressupôs o abandono da tradição, instalou-se aqui um tipo de capitalismo anti-liberal e anti-democrático, o que acabou por reforçar como marca do país, a coexistência de estruturas arcaicas com as entendidas como *modernas* (FERNANDES, 1974).



Do ponto de vista temático, a imprensa tem-se revelado em fonte impar, pois sua peculiaridade é revelar o movimento da história (seja ela educacional, social, comercial, industrial, político, literário, econômico, cultural etc.) em sua dinâmica cotidiana, tal como visto por aqueles que decidem o que noticiar. Já afirmou alguém que o jornalismo vive das circunstâncias. Embora, por vezes, o jornal seja encarado como uma fonte suspeita, na verdade é um rico manancial para a investigação histórico-educacional.

A importância do jornal como fonte nessa pesquisa está no fato de que, como afirmou Capelato (1988), sua atividade não consiste apenas em transmitir, mas, igualmente, em gerar acontecimentos, compondo-os com elementos de uma visão bastante particular do mundo, somatória de subjetividade e de interesses aos quais o jornal está vinculado. Lembremos que, até o início da década de 1970, os jornais, sobretudo os do interior, ainda eram um dos principais veiculadores de discursos e imagens, ficando atrás do rádio que ultrapassava a barreira do analfabetismo, por meio da difusão oral. A televisão só passaria a dominar o mercado da informação mais tarde (MILANESI, 1978).

A partir dessas orientações teóricas, colocamo-nos a campo realizando leitura minuciosa dos artigos de jornais, que foi acompanhada do fichamento de cada um deles relacionados à educação, dando início a construção de um catálogo do acervo digital voltado ao universo escolar dos anos de 1950 e 1960. Após esse trabalho inicial, constatamos que as coleções dos jornais não estavam completas, mesmo assim, foram levantadas 531 notícias ao longo das duas décadas, surgindo alguns dados importantes, tais como o nível de ensino abordado: 130 notícias se referiam ao ensino primário; 101 ao ginásial; 64 ao colegial; 57 ao ensino superior; 56 ao ensino técnico e 169 notícias tratavam de assuntos diversos, como homenagens, torneios esportivos estudantis, formaturas, etc.<sup>10</sup>

Buscando uma melhor visualização dos discursos aqui analisados, procuramos apontar também algumas das especificidades dos jornais lidos na tentativa de compreender que interesses estavam por detrás das idéias difundidas por esses veículos de comunicação. Foram pesquisadas as coleções dos jornais constantes do acervo da Fundação Cultural Municipal de Ituiutaba constando os seguintes periódicos:

- “Gazeta de Ituiutaba” (1949 a 1952), impresso em duas folhas, era de propriedade da antiga Gráfica Ipiranga S/A, sob a direção de Benjamin Dias Barbosa;
- “Folha de Ituiutaba” (1952 a 1964), impresso em duas folhas, era de propriedade do diretor Ercílio Domingues da Silva, tendo como redatores Geraldo Sétimo Moreira e Manoel Agostinho;
- “Correio do Pontal” (1956 a 1959) circulava em duas folhas, tinha como diretor-

<sup>10</sup> Vemos por esses dados que os ensinos ginásial, colegial e superior eram tratados com prioridade pela imprensa local, pois juntos representam cerca de 41,8% dos assuntos abordados referentes ao universo escolar, portanto, indicando grande atenção aos níveis de ensino que naquele momento eram restritos a uma pequena parcela da sociedade, um posicionamento dos jornais na defesa de seus interesses e sobrevivência. A questão do analfabetismo foi pouco debatida pela imprensa nesse período, apesar dos elevados índices de não alfabetizados na região, levantamos apenas 03 notícias referentes a esse assunto. Em uma delas um ex-diretor de jornal posicionava-se com certa resistência ao voto do analfabeto nas eleições.

- proprietário Pedro de Lourdes Morais e a participação de colaboradores diversos;
- “Correio do Triângulo” (1959 a 1965) circulação em três folhas, possuía como proprietário Benjamin Dias Barbosa, direção e redação de Jayme Gonzaga Jayme e como diretor comercial Joaquim Pires das Neves;
  - “Cidade de Ituiutaba” (1966 a 1970), impresso em duas folhas, pertencia ao diretor-redator Benjamin Dias Barbosa;
  - “Município de Ituiutaba” (1967 a 1970) controlado por órgão oficial, variava de três a quatro folhas e circulava em edições semanais.<sup>11</sup>

Podemos observar acima que a grande atuação nesse período foi do editor Benjamin Dias Barbosa que entre 1949 e 1970 ficou apenas alguns anos sem atuar no ramo jornalístico, sendo proprietário de três dos seis jornais pesquisados. Com exceção do jornal “Município de Ituiutaba” – órgão oficial do município, todos os outros eram de iniciativa privada, e viviam às custas dos anunciantes e colaboradores. Em depoimento de um ex-redator e ex-diretor comercial do Jornal “Correio do Triângulo”, constatamos que a maioria dos redatores e colaboradores dos jornais pesquisados, constituía-se por homens influentes tanto no campo cultural quanto na esfera política do município, porém todos eles exerciam outras ocupações profissionais, no setor bancário, no comércio ou na indústria.<sup>12</sup>

A leitura e o fichamento dessas 531 notícias permitiu-nos analisar, a partir do contexto apresentado anteriormente, algumas das representações elaboradas pela imprensa sobre os fatores e as condições da expansão da rede escolar pública em Ituiutaba, refletindo sobre o ideais de educação, escola e estudante, externando parcialmente o pensamento de grupos privilegiados da sociedade tijuana, no período aqui estudado. Um dado que é marcante nesse trabalho, é a relação existente entre a realidade local e a nacional, Ituiutaba de alguma forma adequara-se ao processo de modernização nacional no que tange a criação e expansão de uma rede educacional pública. A fundação de novas escolas era apresentada com destaque pela imprensa, totalizando 58 notícias que em geral, eram publicadas associadas a imagem de alguma liderança política gerando prestígio a essas figuras públicas já que a população tinha expectativa de ter acesso à educação, e os empresários se preocupavam com a necessidade de formar mão-de-obra minimamente qualificada, fator que poderia entrar o desenvolvimento urbano e industrial. A criação de escolas públicas, por atender tanto aos anseios das massas quanto de grupos privilegiados passou a ser uma das principais bandeiras dos políticos que buscavam votos junto ao eleitorado.

<sup>11</sup> Os jornais que vão de 1901 a 1948 e não foram incluídos nesse projeto são: Villa Platina-1901, Gazeta Paltinense-1913, A Alvorada-1914 a 1917, O Porvir 1918 a 1919, O Sertão 1919 a 1934, Jornal de Ituiutaba 1934 a 1948, O Vencedor 1935 (pensamento estudantil), Folha da Semana 1943 a 1944, Gazeta de Ituiutaba 1949 a 1948, O Tagarela-1913 (humorístico), A Tesoura-1917 (humorístico), A Colmeia-1927, O Capeta-1935, Saneando-1946 (Jornal da Congregação Espírita), Folha de Ituiutaba-1942-1948 (Partido Social Democrático). Fonte: Acervo da Fundação Cultural Municipal – PM Ituiutaba.

<sup>12</sup> Nos anos de 1950 e 1960, os jornais locais por serem um dos principais canais de informações, exerciam grande influência política e cultural na população, veiculando discursos políticos, religiosos, etc, também eram utilizados para criticar medidas ou leis adotadas pelas administrações públicas, posicionando-se frente aos ventos variáveis da vida política do período o que nem sempre foi aceito de forma tranquila. Um exemplo disso, foi a perseguição ao Jornal “Folha de Ituiutaba” quando da instalação da Ditadura Militar, que teve suas atividades interrompidas no ano de 1964, o que merecerá um estudo específico sobre esse fato.

Na inauguração do grupo escolar citado na matéria jornalística que segue estiveram presentes autoridades como prefeito, secretários municipais e o deputado estadual Omar Diniz. Este último ao longo do seu mandato encaminhou vários projetos criando escolas no município de Ituiutaba e a cada inauguração os rituais solenes se ampliavam, transformando essas ocasiões em importantes palanques políticos: “Solenemente inaugurado o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves (...) os presentes de pé cantaram o Hino Nacional. (...) o prefeito Antonio S. Martins sugeriu então que ao 4º. Grupo Escolar de Ituiutaba seja dado o nome de Governador Clóvis Salgado.” (Folha de Ituiutaba, 14/01/1956)

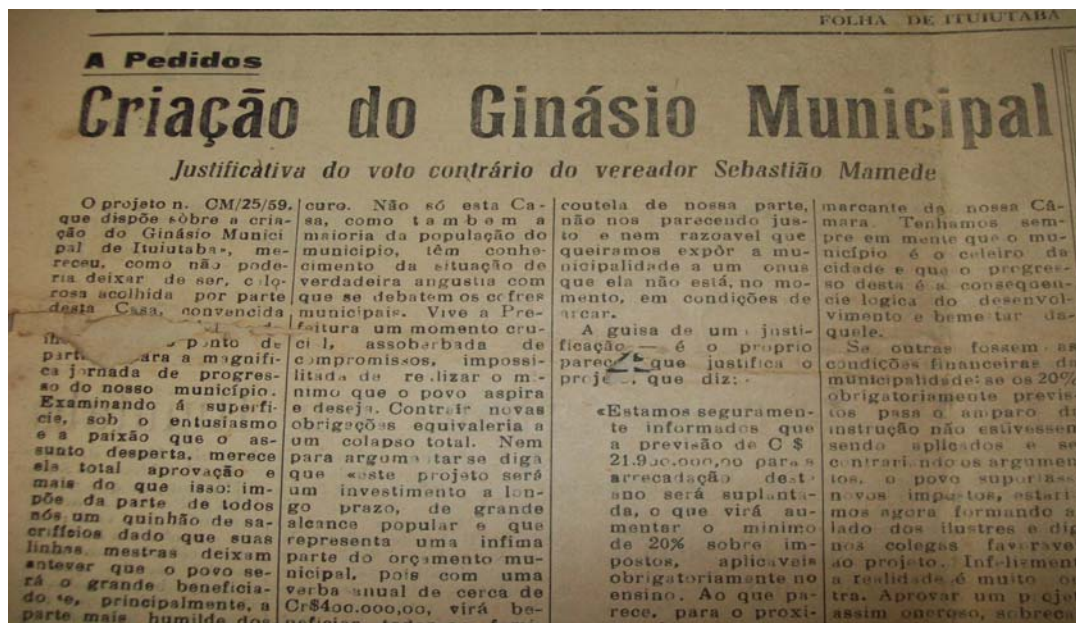


(Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Correio do Triângulo”, 12/07/1959).

Nos anos de 1960, seria o Deputado Luiz Junqueira quem colheria os dividendos políticos associando sua imagem a criação de escolas na região: “Governador sancionou lei criando o Ginásio Estadual neste município – Deputado Luiz Junqueira” (Folha de Ituiutaba, 18/01/1961) E também: “Prédio do Ginásio Estadual de Ituiutaba será realidade. Ituiutaba está, por assim dizer, com a sua infra-estrutura econômica assentada e o progresso que nos espera de agora para frente é o mais seguro e promissor. A construção de um prédio para ginásio estadual aqui, (...) por obra do deputado Luiz A. F. Junqueira.” (Correio do Triângulo, 29/08/1965)

Vemos acima que o progresso a ser alcançado passava agora pela construção de escolas, essas instituições representavam, a partir de então, a própria materialização do futuro grandioso, o que atenderia a parte dos anseios sociais que viam no acesso a educação a possibilidade de ascensão social. Dessa forma, qualquer atitude contrária a expansão da rede pública de ensino, poderia gerar prejuízos a imagem das lideranças políticas locais, nessa matéria, um dos vereadores da cidade utilizou uma página do jornal Folha de Ituiutaba na tentativa de se explicar porque seria contrário a criação de uma escola municipal, vejamos: “Criação do Ginásio Municipal – Justificativa do voto contrário do

vereador Sebastião Mamede (...) tem conhecimento da situação de verdadeira angústia com que se debatem os cofres municipais.” (Folha de Ituiutaba, 08/07/1959)



(Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Folha de Ituiutaba”, 08/07/1959)

Outro aspecto presente no discurso da imprensa local foi a reprodução da idéia de que as novas escolas na cidade seriam *dávivas* das autoridades políticas à população que de agora em diante, teria acesso a um serviço público que era restrito a pequena parcela social, transformando um direito do cidadão em um favor ou *dáviva*, projetando-se determinadas lideranças locais a posição de grandes benfeitores: “O Ministério da Educação auxiliará na construção do grupo escolar local Governador Clóvis Salgado. Concretizadas as promessas. Ituiutaba, que foi sempre reconhecida, mais uma vez saberá ser grata ao senhor Clóvis Salgado, por mais esses auxílios que serão recebidos como *dávivas inesquecíveis a população*.” (Folha de Ituiutaba, 12/07/1957)

Apesar da expansão da rede escolar pública de Ituiutaba ser bastante festejada pela imprensa como uma condição *sine qua non* para o *progresso*, esse fenômeno acontecera de forma desordenada e os jornais denunciavam as precárias condições infra-estruturais das escolas públicas, reunimos mais de três dezenas de notícias relacionadas às más condições das instituições de ensino ou a falta de sede própria, como vemos a seguir: “Prédio próprio para dois Grupos Escolares – Vão ser construídos os edifícios dos grupos Ildefonso Mascarenhas e Bias Fortes” (Folha de Ituiutaba, 17/01/1962).<sup>13</sup>

<sup>13</sup> Nos anos 50, ainda ocorreram algumas iniciativas de particulares no processo de expansão das escolas, como o Rotary que em 1956, inaugurou sua escola atendendo cerca de 126 alunos. O mesmo pode ser dito sobre o Educandário Ituiutabano, inaugurado com apoio das Lojas Maçônicas: “Abertas para a Infância Pobre de Ituiutaba, as Portas do Educandário Ituiutabano (...) do valor daquela obra que representa o quanto vale a iniciativa particular desinteressada posta a serviço dos nossos semelhantes e por que não dizer da Pátria também.” (Correio do Pontal, 14/02/1958) Vemos por esse artigo que o discurso da imprensa local buscava reforçar as tradições cristãs e patrióticas do povo brasileiro.



**Prédio próprio para dois grupos escolares**  
**Vão ser construídos os edifícios dos grupos Ildelfonso Mascarenhas e Bias Fortes — Localização das duas unidades de ensino**

De acordo com telegrama do Secretário da Educação, recebido hoje pelo Prefeito Municipal, deverão ser iniciadas brevemente as obras de dois grupos escolares locais, que são o Ildelfonso Mascarenhas, ocupando de há muito as dependências do Grupo João Pinheiro, e o Bias Fortes, funcionando desde sua criação em um velho prédio da Rua 18. Eis o telegrama endereçado ao Prefeito:

“Dr. David Ribeiro de Gouveia  
 Prefeito Municipal —  
 Ituiutaba  
 De B. Horizonte — 436525  
 — 15 — 19,00  
 Engenheiro firma constr.”

tora seguiu hoje essa cidade para iniciar obras grupos escolares pt Abraços Oscar Corrêa vg Secretário da Educação”

A firma a que se refere o telegrama é a Sociedade Ardenci Ltda., de Belo Horizonte, e os grupos cujos trabalhos de construção vão ser atacados serão localizados, na vila Alcides Junqueira o Grupo Bias Fortes, enquanto que o Ildelfonso Mascarenhas ficará na Rua 18, acima da Avenida 31, mais ou menos à altura da caixa d'água existente na Rua 22.

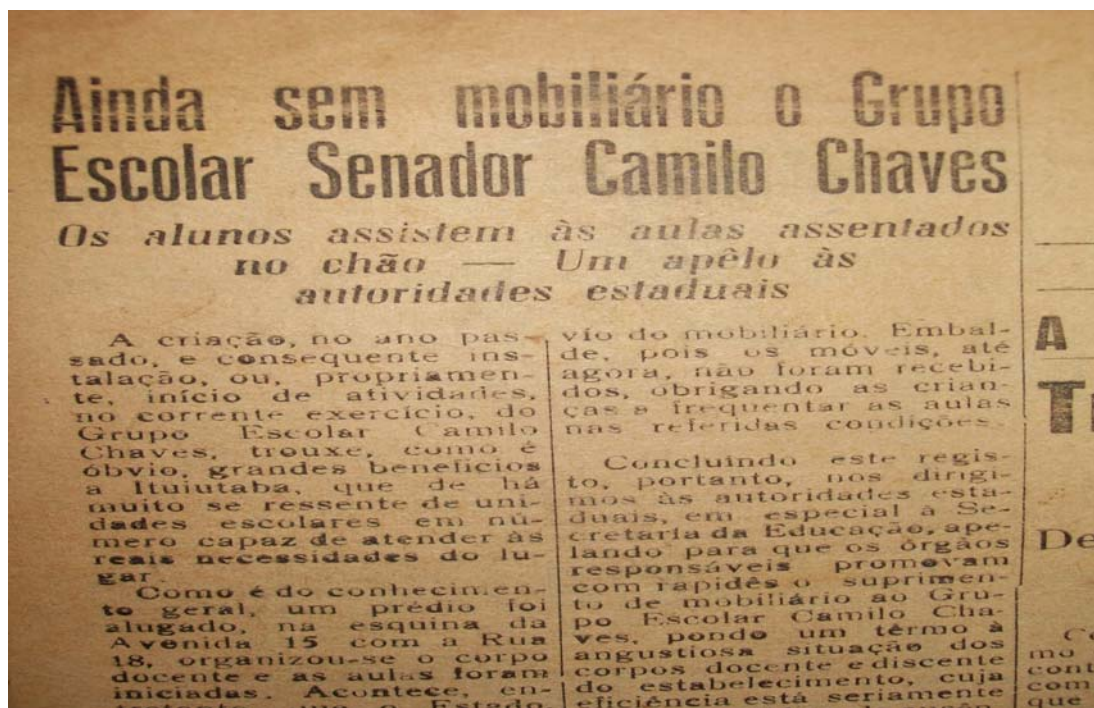
**Trator Nacional VALMET**  
 Em Ituiutaba — Rua 20, n.º 1.500, entre Avs. 19 e 21

**Exgotou-se a quota de**

(Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Folha de Ituiutaba”, 17/01/1962).

A imprensa denunciava também a morosidade do processo de construção dos prédios para as novas escolas públicas, como no caso do Grupo Escolar Ildelfonso Mascarenhas, que só conseguiu sua sede em 1963, mais de uma década após o início de suas atividades.<sup>□</sup> A falta de espaço próprio acarretava uma série de problemas para essas escolas que se instalavam de forma provisória anexadas aos prédios de outras instituições. Como é demonstrado na seguinte manchete: “Esteve ameaçado de paralização o Grupo Ildelfonso Mascarenhas”. (Folha de Ituiutaba 09/02/1957).

Segundo esta matéria, o grupo escolar estaria ameaçado de ter suas atividades suspensas, pois o Estado estaria propenso a impedir seu funcionamento anexo ao prédio do Grupo Escolar João Pinheiro, que por sua vez, tinha problemas com a conservação de suas dependências. Assim, avançava-se em alguns aspectos (expansão da infra-estrutura pública) mas ao mesmo tempo, surgiam novos problemas decorrentes da morosidade das autoridades que não acompanhavam o ritmo crescente das demandas da população e também pela concepção elitista de que a quem não tinha nada qualquer avanço representaria um grande passo, o que resultou em rede escolar bastante precária, reflexo do cenário nacional. “Ainda sem mobiliário o Grupo Escolar Senador Camilo Chaves – Os alunos assistem às aulas assentados no chão – Um apelo às autoridades estaduais”:



(Fonte: Fundação Cultural de Ituiutaba, Jornal “Folha de Ituiutaba”, 25/02/1956)

Muito embora os jornais denunciassem situações como essa, tais críticas eram feitas com bastante cautela. Os problemas dessa expansão precária dificilmente apareciam na imprensa associados a alguma figura política específica, mas a responsabilidade era de certa forma despersonalizada, e a redação das matérias limitava-se quase sempre a fazer *apelo às autoridades* ora locais, ora estaduais.

As notícias revelam claramente que apesar da necessidade de se investir na formação do povo brasileiro rumo ao *progresso* tão esperado, os recursos na criação e consolidação de uma rede escolar pública foram sempre insuficientes para atender o grande aumento populacional. No mesmo período, algumas instituições privadas e confeccionais freqüentadas por uma minoria como os Colégios São José e Santa Tereza, construíram modernos edifícios, na década de 1950, contando com o apoio de setores dominantes, como pudemos constatar pelas “Campanhas das senhoras de boa vontade”. □ Tal contraponto entre rede pública e privada, amplamente difundido pelos jornais pesquisados, contribuiu para se estabelecer gradativamente a idéia de ensino público como algo precário, frágil e mal organizado em oposição ao ensino privado, que seria bem administrado e eficiente em suas finalidades, idéia que acabou se constituindo na reserva de mercado da iniciativa privada no que se refere ao campo educacional.

Por fim, destacamos as notícias relacionadas ao movimento estudantil da época, que somam mais de quatro dezenas de matérias jornalísticas, permitindo a análise do ideário de estudante veiculado pela imprensa local. Evidencia-se dois momentos distintos na relação da imprensa com os estudantes: o primeiro que vai do início da década de 1950 até o ano de 1963, em que os estudantes surgem nos jornais a partir de uma participação



política ativa, na luta pela defesa de seus interesses com a realização de reivindicações políticas e estudantis; e o segundo que se inicia após a implantação da ditadura militar, no ano de 1964, até o final da mesma década, em que a classe estudantil não aparece mais como sujeito social, mas como objeto que deveria se adequar ao sistema autoritário, não apresentando nenhuma exigência ou contestação as forças políticas instituídas. As matérias tratavam principalmente, das ações da União Estudantil de Ituiutaba; da fundação do clube estudantil ituiutabano, como resultado da reivindicação feita a políticos locais por estudantes de nível secundário; da participação dos grêmios estudantis na tomada de decisões das escolas e das críticas feitas a UNE quando do advento da ditadura militar. Vejamos trecho do artigo “Aos jovens diretores do clube estudantil”:

[...] Estão de parabéns todos os laboriosos rapazes que lançaram em Ituiutaba essa benigna luz, fonte dos mais belos ideais que tanto nossa pátria reclama e pede. Mister se faz que todos os estudantes ituiutabanos, assistam as reuniões do Club e tornem-se membros dele, para que suscite no alvorecer de amanhã, um sustentáculo forte, indestrutível em prol da juventude ituiutabana e do engrandecimento moral, e intelectual do Brasil (Jornal “Correio do Pontal”, 19/abril/1956)

Percebe-se acima que a imprensa abria espaço para a juventude se pronunciar, mas tal iniciativa representava não apenas uma maneira de adular a mocidade, mas também de vigia-la, imprimindo-lhes ideais patrióticos e morais (cristãos).

Além do estudo sobre a expansão da rede pública a partir dos jornais do município, a leitura desses periódicos permitiu-nos estudar fatos aparentemente miúdos e irrelevantes do cotidiano, quando até mesmo os seus anúncios de variedades representaram uma grande via de acesso aos fenômenos mais gerais do passado da cultura local, constituindo-se em fontes privilegiadas de aproximação ao pensamento coletivo daquela época:

De suas páginas afloram não apenas o cotidiano de cidades do interior brasileiro, marcadas por observações de caráter doméstico, muitas vezes provincianas, mas também preocupações maiores com o futuro da comunidade, onde sobressai a questão da educação como mecanismo de promoção social dos indivíduos e de progresso material para a cidade (GONÇALVES NETO, 1997).

Por meio da pesquisa realizada no acervo da Fundação Cultural Municipal de Ituiutaba, constatamos que o jornal mais antigo do município que se tem notícia seria o *Villa Platina*, fundado em 1901 pelo tipógrafo João Lourenço. Assim como vários outros folhetins essa primeira experiência teve vida efêmera, contudo, há registros de que tenha causado grande euforia na população local, alguns teriam se alfabetizado por incentivo de sua circulação, mesmo assim, a maior parte da população era composta por analfabetos, algo natural num país até então rural. Sobre a relação da imprensa mineira com a política assim afirmou um pesquisador norte-americano:

A imprensa local foi outro marco do regionalismo mineiro. De maneira geral, um jornal de cidade pequena continha notícias políticas e anúncios comerciais numa edição semanal de menos de 500 cópias. Geralmente pertencia ao chefe político local, cujo domínio era disputado por um chefe rival com sua própria imprensa. Fica evidente que os jornais desempenharam uma função primordial na política local. Como foro para o combate verbal, a imprensa deu às celebridades locais um meio de sustentar a violência em nível menor, sem tiroteios ou assassinatos (WIRTH, 1982).

O número de jornais que circulou em Ituiutaba ao longo do século XX, cerca de duas dezenas, somado a origem social dos diretores desses periódicos indicam-nos que essa relação entre imprensa e poder nos municípios mineiros também era regra em Ituiutaba. O surgimento e a extinção deles em curtos períodos de existência evidencia, além das dificuldades de confecção dos jornais, as mudanças das lideranças políticas ou as tentativas de se estabelecer nova hegemonia em oposição a estabelecida.

A leitura dos jornais, cruzada as demais fontes consultadas, permitiu-nos compreender parcialmente o processo de *modernização* local, que atrelado ao fenômeno em nível nacional foi caracterizado por conservar estruturas desiguais no que tange a distribuição da renda e dos benefícios sócio-culturais, mesmo avançando no campo econômico. A expansão da rede local vista pela ótica dos jornais mostra esse paradoxo: grande aumento da rede de ensino público expandindo-se a educação às massas, mas de uma maneira bastante precária no que tange aos recursos infra-estruturais e humanos. Foi por meio dessas escolas que a maior parte da população passou a ter acesso aos rudimentos da escrita e da leitura, evidenciando que a *modernização* local também priorizou os campos econômico e tecnológico, em detrimento do cultural e social.

### Referências

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARAÚJO, J.C.S., GATTI JR, D. (orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

BANDEIRA, M. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BENEVIDES, M. V. M. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BEZERRA NETO, Luiz. *Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP. 2003

CAPELATTO, Maria H.R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto-EDUSP, 1988.

CATANI, Denice Barbara & BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CHARTIER, Roger *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria M.de Galhardo, Lisboa: Difel (85), Rio: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Petrônio R. *A Loja do Osório*. Brasília: Thesaurus, 1984.

CÔRTEZ, Carmen D.C. *Ituiutaba Conta a sua História*. 2ª ed. Ituiutaba, EGIL, 2001.

CUNHA, Luiz A.; GÓES, Moacir de *O Golpe na Educação*. 11a.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

DINES, Alberto. *O Papel do Jornal: uma releitura*. São Paulo: Summus, 1986.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe*. 5a.ed., Petrópolis: Vozes, 1987.

FERNANDES, Florestan *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Dif.Européia, 1974.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da Centralidade da Infância na Modernidade e sua Escolarização – a Escola Estadual João Pinheiro – Ituiutaba (MG) 1908-1988*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

IANNI, O. *A Idéia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

GERMANI, Gino *Sociologia da Modernização*. 2a.ed., São Paulo: Mestre Jou, 1974.

GERMANO, José W. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 1993.

GONÇALVES NETO, Wenceslau et alii. *Educação e Imprensa: análise de jornais de Uberlândia, MG, nas primeiras décadas do século XX*. *Revista de Educação Pública*, 1997, Cuiabá, nº 6.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e Poder: ligações perigosas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Problema da Imprensa*. São Paulo: EDUSP, 1997.

LINHARES, Joaquim Nabuco. *Itinerário da Imprensa de Belo Horizonte: 1895-1954*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

MARTINS, A.L. e DE LUCA, T.R. (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO, José Marques de. *A Opinião no Jornalismo Brasileiro*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994.

MILANESI, Luiz A. *O paraíso via Embratel*. 2a.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MORAES, Dênis A *Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, V.C.O. *Tudo pela Pátria: a história do Instituto “Marden”*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

OLIVEIRA, L.H.M.M. *História e Memória Educacional: o papel do colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro-MG (1939-1942)*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

ORTIZ, Renato *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de Pesquisa, Cortez*, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

RIBEIRO, Maria L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 19º ed., Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930/73)*. 24ª. ed., Petrópolis/UFMG: Vozes, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon “Educação básica no Brasil: a agenda da modernidade” in *Estudos Avançados*, São Paulo/USP, vol.05, no.13, 1991, pp.49-60.

SILVA, Dalva M.de O. *Memória: Lembrança e Esquecimento. Trabalhadores Nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro (Décadas de 1950 e 1960)*. Dissertação de Mestrado: PUC-SP. 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOUZA, Sauloéber T.; RIBEIRO, Betânia de O.L. (orgs.) *Do Público ao Privado, do Confessional ao Laico: a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU/FAPEMIG, 2009.

VIANNA, L.W. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

WIRTH, John D. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Recebido em fevereiro de 2010

Aprovado em maio de 2010